



LOUCOS PELO TRABALHO: A INTERFACE ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E A SAÚDE MENTAL

Natane Miranda Estevam¹
Mara Marçal Sales²

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo geral investigar a(s) maneira(s) pela(s) quais usuários de serviços de saúde mental, que se associaram a uma cooperativa de trabalho solidário, percebem a efetividade desta enquanto um recurso possível para potencializar a autonomia e as trocas sociais. Buscou-se, ainda, como objetivos específicos, verificar: a) as distintas utilizações do trabalho no contexto da psiquiatria tradicional e a (re)configuração do sentido desse, a partir da reforma psiquiátrica italiana e brasileira e, b) a percepção dos associados quanto à lógica de trabalho em moldes capitalistas e o labor na perspectiva da associação e, c) como uma cooperativa de trabalho busca promover a participação das pessoas em sofrimento psíquico em negociações e trocas sociais. A metodologia utilizada foi de base qualitativa. Além de pesquisa bibliográfica, foi realizada pesquisa de campo que teve a entrevista semiestruturada como instrumento para coleta de dados. O estudo foi realizado em uma Associação de trabalho solidário, instituição sediada em Belo Horizonte. Participaram do estudo cinco associados e a coordenadora da organização. O material empírico decorrente das entrevistas foi submetido à análise de conteúdo. Os dados demonstraram que o trabalho realizado na Associação desempenha papel importante na inclusão social e na autonomia dos associados, contribuindo consideravelmente no que concerne à legitimação por estes das trocas e negociações sociais. Foram evidenciados desafios e impossibilidades, no que toca à apropriação real dos espaços sociais, uma vez que há ainda preconceitos explícitos e velados e dificuldades no processo de trabalho. Assim sendo, esta pesquisa corrobora a importância de os associados ocuparem os espaços de negociação, contratualidade e trocas sociais, destacando, porém, que a reforma psiquiátrica tem ainda grandes desafios para enfrentar no que tange a inclusão social efetiva, sobretudo, pelo trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Economia solidária; Reforma psiquiátrica; Cooperativa de trabalho solidário.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada nasceu do interesse em pesquisar outras dimensões dos serviços substitutivos, mais especificamente, as cooperativas de trabalho. Tal pesquisa tem sua relevância ao identificar a importância do aspecto laboral na vida dos homens, bem como refletir acerca das possibilidades que este pode proporcionar no tocante à (re)inserção social das pessoas em sofrimento psíquico.

Carvalhaes (2008) explicita que, desde sua gênese, a psiquiatria procurou fazer do trabalho uma ferramenta importante para retirar os pacientes internados do ócio e instaurar mo-

¹ Psicóloga Graduada pela PUC Minas - São Gabriel.

² Professora Adjunta IV do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/São Gabriel. Mestre em Psicologia e Doutora em Educação pela UFMG. milmaravilhas2002@yahoo.com.br

delos terapêuticos de ordem moral e ergonômica. No entanto, com as conquistas da reforma psiquiátrica esta perspectiva foi sendo reformulada. Temos a transformação do trabalho terapêutico institucionalizado em trabalho como produção de sentido, aquele que visa valorizar os sujeitos em suas particularidades.

Bendassoli (2009) indica que o trabalho se apresenta enquanto um dispositivo fundamental para a constituição de subjetividades, pelo qual a autorealização, a existência e a transformação social se consolidam. Além disso, o autor aponta o trabalho enquanto aquele que contribui para fundamentar normas de relacionamento e organização social, ou seja, como um contrato social.

Ante as contradições presentes no sistema capitalista e considerando as representações que tomam as pessoas em sofrimento psíquico como incapazes, o trabalho sob o prisma da economia solidária vem ganhando espaço. Esta alternativa direciona possibilidades para que essas pessoas possam participar da contratualidade social e estabelecer vínculos. Ainda que não seja uma solução cabal e completa, a economia solidária tem se apresentado como um recurso significativo para a inclusão social.

Nesta perspectiva, Singer (2002) nota que a economia solidária e formas de trabalho cooperado configuram-se como possibilidades paralelas à desigualdade do sistema capitalista. Vale salientar que esta concepção não é unânime e é alvo de críticas consideráveis – trataremos delas mais adiante. Porém, é a economia solidária a perspectiva que se vinculou significativamente ao discurso da reforma psiquiátrica, reforçando a luta pela inclusão social.

No âmbito da assistência à loucura, o trabalho foi tomado a partir de diferentes pontos de vista, atendendo a contextos e demandas específicas. No entanto, o que se pretende aqui, será enfocar sobre a positividade do trabalho, no que se refere às possibilidades que este abre para as trocas sociais das pessoas em sofrimento psíquico, bem como as estratégias para a promoção da autonomia dessas, sobretudo, considerando o campo da reabilitação psicossocial.

Para Saraceno, a reabilitação psicossocial “é um conjunto de estratégias orientadas a aumentar as oportunidades de trocas de recursos e de afetos: é somente no interior de tal dinâmica das trocas que se cria um efeito habilitador” (SARACENO, 2001, p. 112). Para o autor, a reabilitação é um processo que implica a abertura de espaços de negociação. Neste sentido, o trabalho, na perspectiva da economia solidária e tudo o que ele provoca, pode se configurar como porta de entrada para que se estabeleçam as negociações sociais.

Esta pesquisa teve como objetivo principal investigar a percepção de pessoas que se vincularam a uma associação de trabalho solidário³, quanto à efetividade desta, enquanto um recurso capaz de potencializar a autonomia e as trocas sociais. Ademais, pretendeu-se verificar: a) as distintas utilizações do trabalho no contexto da psiquiatria tradicional e a (re)configuração do sentido desse a partir da reforma psiquiátrica italiana e brasileira; b) como uma cooperativa de trabalho busca promover a participação das pessoas em sofrimento psíquico em negociações e trocas sociais e c) a percepção dos associados quanto a lógica de trabalho em moldes capitalistas e o labor na perspectiva da cooperativa de economia solidária.

2 AS POSSIBILIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DO CAPITALISMO

O trabalho é, para concepção marxiana, ponto fundamental na produção e reprodução da vida humana. A história da realização do ser social se consolida pelo trabalho.

Não obstante, Antunes (2002) evidencia que, se na formulação marxiana o trabalho é ponto de partida para o ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado. Logo, o que deveria se constituir na finalidade básica do ser social, isto é, a sua realização *no e pelo* trabalho, é pervertido.

Trata-se de considerar o trabalho como um processo que se converte em meio de subsistência. Desta feita, a força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, encerrada como simplesmente um produto expropriado de sentido.

Este tipo de trabalho é nomeado como estranhado ou alienado, aquele em que o sujeito não se reconhece no que faz. Portanto, entende-se que, neste tipo de trabalho, a realização das atividades não proporciona necessariamente a autotransformação do ser que atua, uma vez que sua força de trabalho está a serviço do enriquecimento do sistema capitalista. O que se apresenta neste cenário é a relação “coisificada” e “objetalizada”, que entre os homens se estabelece

Nota-se que o trabalho não deixou de ser central na vida das pessoas, contudo, a lógica capitalista de produção tem sido cada vez mais excludente, competitiva e seletiva. E esta lógica é também permeada por preconceitos e discriminações. Desta forma, ele não se abrirá totalmente às pessoas em sofrimento psíquico, uma vez que a esses sujeitos está constantemente associada à ideia de incapacidade.

³ Lê-se produção solidária como aquela que é pautado nos princípios da economia solidária.

Neste sentido, Singer (2006) afirma que a construção da economia solidária configura-se como uma estratégia importante para o enfrentamento das adversidades que o capitalismo apregoa. De modo otimista, o autor indica que esta trará, em alguns anos, a oportunidade de reintegração à produção por conta própria ou coletivamente dos sujeitos associados a cooperativas. Segundo o estudioso, para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre os homens seria preciso que a economia fosse pautada em princípios solidários ao invés da competitividade que hoje alimenta o mercado.

Veronese e Guareschi (2005) apontam que a economia solidária é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais. Trata-se de recursos e ferramentas para produzir e distribuir as riquezas, visando organização socioeconômica por princípios opostos à força do capital. Os valores centrais da economia solidária são o trabalho, o saber e a criatividade humana e não o capital e sua propriedade sob quaisquer formas. Nesta perspectiva, o processo de trabalho configura-se diferenciado e nele, a produção de sentido, de troca, de coletividade e de solidariedade são as grandes forças.

A principal diferença entre a economia capitalista e economia solidária está no modo como cada uma é administrada. Segundo Singer (2002), a primeira aplica a heterogestão, na qual há uma administração hierarquizada e verticalizada. Já na empresa solidária ocorre uma administração democrática e horizontalizada, a isso se nomeia autogestão.

Singer (2002) explicita que o trabalho cooperado e associativo é uma das respostas viáveis ao se considerar o fenômeno da exclusão social e da falta de emprego. Para este autor, a economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer oportunidades concretas de autossustento, alcançando níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis ao modelo hoje vigente. Assim, percebemos que o campo do trabalho solidário apresenta, em certa medida, dificuldades e fragilidades.

Antunes (2002) salienta a importância do trabalho solidário frente às adversidades do capitalismo. Contudo, analisa que essas atividades possuem um caráter de funcionalidade em relação ao sistema:

[...] as atividades que vêm caracterizando a economia solidária têm a positividade de frequentemente atuar à margem da lógica mercantil, parece-me, entretanto, um equívoco grande concebê-la como uma real alternativa transformadora da lógica do capital e de seu mercado, como capaz de minar os mecanismos da unidade produtiva capitalista. [...] Uma coisa é presenciar nas diversas formas de atividade da economia solidária [...] um mecanismo de incorporação [...] de expulsos do mercado de trabalho [...] e passaram a desenvolver atividades não lucrativas [...] reinvestindo nas limitadas (mas necessárias) formas de sociabilidade que o trabalho possibilita [...]. Esses seres sociais veem-se então não como [...] excluídos, mas como realizando atividades [...] dotadas de sentido social. Aqui há, por certo [...] atividade útil e, por-

tanto, positiva relativamente à margem dos mecanismos de acumulação. Mas é bom não esquecer [...] que essas atividades cumprem um papel de funcionalidade. (ANTUNES, 2002, p. 113).

A economia solidária atuaria como uma forma paliativa frente à exclusão social: ela funcionaria como um modo de produção brando e apropriado ao capitalismo, pois o foco não é a mudança da lógica estrutural desse sistema (ANTUNES, 2002).

Então, é preciso considerar os limites e as contradições existentes na economia solidária. Contudo, não obstante as críticas levantadas, várias são as iniciativas que consideram que a economia solidária desempenha papel significativo para efetivar a inserção social das pessoas em sofrimento psíquico, conforme veremos, a seguir, no contexto da escola italiana.

2.1 O trabalho na escola italiana: empreendimento para uma reabilitação psicossocial

A perspectiva do trabalho na reforma psiquiátrica italiana recebe contornos bem distintos dos utilizados pela psiquiatria ao longo da história da loucura. Neste sentido, este é considerado como meio fundamental para a reinserção social e, a criação de cooperativas sociais é uma estratégia chave neste processo. Além disso, vale salientar a importância deste movimento para se pensar a superação da instituição psiquiátrica tradicional e, concomitante a isso, a construção de uma nova práxis.

Tal movimento, liderado por Franco Basaglia, desde 1961, trazia no cerne de seu discurso a contestação ao saber teórico-prático, que prevalecia, até então, na Psiquiatria tradicional.

Em meados de 1973, Basaglia constatou que no Ospedale San Giovanni⁴, em Trieste, boa parte dos ‘funcionários’ eram ‘pacientes internados’. Amarante aponta:

Ora, se poderiam trabalhar poderiam receber pelo trabalho, nada mais justo! Mas a administração pública não permitiu porque os considerava loucos. Além disso, entendia que o trabalho que realizavam era ou ‘voluntário’ (certamente inserido nas modalidades que as instituições totais criam para o controle dos internos, pelo sistema de privilégios, premiações e punições) ou até mesmo ‘terapêutico’ (adequado às visões arcaicas da laborterapia e ergoterapia, filhas legítimas do trabalho terapêutico nas colônias de alienados). (AMARANTE, 2007, p. 91).

Ainda segundo tal autor, a solução para este fato foi conceder alta a todos os envolvidos que, assim, terminaram por constituir uma cooperativa. As cooperativas de trabalho conforme Amarante:

⁴ Hospital psiquiátrico onde Franco Basaglia atuava como médico.

Constituem outra modalidade de cuidado/criação de possibilidades que, inicialmente organizadas para atender à necessidade de encontrar posto de trabalho para os ex-internos do hospital, ou para novas demandas que surgiam, hoje representam um novo espaço de produção artística, intelectual ou de prestação de serviços, que assumem um importante papel na dinâmica e na economia não apenas dos Serviços de Saúde Mental, mas também de toda a cidade. Estas cooperativas, muito recentemente, receberam um novo estatuto legal, sendo redefinidas como empresas sociais. (AMARANTE, 2007, p. 49).

As ideias Basaglianais foram de grande importância para que as práticas antimanicomiais se consolidassem no Brasil, principalmente por demonstrarem uma preocupação com a pessoa em sofrimento psíquico de maneira integral, isto é, devolvendo a ela o convívio social, o poder de desenvolver atividades remuneradas, a dignidade e a cidadania.

Desta forma, Rotelli, citado por Lussi e Pereira (2011), define que reabilitar significa construir ou (re) construir o acesso real aos direitos de cidadania, o exercício progressivo dos mesmos, a possibilidade de vê-los reconhecidos e a capacidade de praticá-los. Estes são direitos políticos, jurídicos e sociais.

Logo, as estratégias de ampliação de oportunidades de trocas materiais e afetivas podem ser definidas como o tecido de uma rede de negociações na medida em que aumentam a participação e o poder de contratualidade real dos sujeitos mais fragilizados da sociedade.

2.2 Panorama da reforma psiquiátrica brasileira: uma outra resposta social à loucura

É sabido que a experiência da reforma psiquiátrica na Itália trouxe fortes contribuições para o movimento antimanicomial no Brasil.

No Brasil, a reforma psiquiátrica surge no final da década de 1970. Tendo como fundamentos uma crítica conjuntural ao subsistema nacional de saúde mental, mas também – e principalmente – uma crítica estrutural ao saber e às instituições psiquiátricas clássicas. A reforma coincidiu com toda a movimentação política e social que caracteriza a ocasião de redemocratização do país.

Lussi e Pereira (2011) afirmam que, no Brasil, a reforma psiquiátrica colocou em pauta as instituições asilares e os métodos de intervenção que seguem o modelo da exclusão e da segregação. Entre eles, a laborterapia⁵ e outras formas de ocupação foram questionadas pela reforma, que enfatizava a necessidade de implementação de serviços substitutivos ao modelo manicomial.

⁵ Prática de tratamento de doentes mentais pelo trabalho, terapêutica ocupacional.

O trabalho recebe, no contexto das reformas, outra conotação: aquele que favorece a (re)construção da identidade do sujeito, ampliando sua capacidade de troca por intermédio da convivência, objetivando a promoção da vida.

O processo da reforma psiquiátrica brasileira produziu uma forte transformação no modelo assistencial em saúde mental, enfatizado pela afirmação dos direitos de cidadania das pessoas em sofrimento psíquico, entre eles, o direito ao trabalho. Para Lussi e Pereira (2011) pensar em projetos que objetivam a inserção laboral de usuários de serviços de saúde mental, significa abandonar a perspectiva terapêutica do trabalho, como realizado no contexto da psiquiatria tradicional e concebê-lo como recurso de produção de vida.

A lei federal nº 10.216/01, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e sobre a reformulação do modelo assistencial em saúde mental, prevê em parágrafo único que “é direito da pessoa em sofrimento psíquico ser tratada com humanidade e respeito no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, *no trabalho e na comunidade*” (BRASIL, 2001, grifo nosso).

Com a reforma psiquiátrica e sob a perspectiva da cooperativa de trabalho, o trabalho deixa de ser uma atividade terapêutica (prescrita, protegida, orientada), deixa de ser uma simples forma de ocupação do tempo ocioso, ou ainda, uma forma de submissão e controle institucional para se tornar uma estratégia de cidadania, de autonomia e de participação social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A proposta de investigar as especificidades do trabalho solidário para a população aqui circunscrita insere-se em um campo atravessado por significados singulares. Assim, a pesquisa qualitativa foi utilizada como um tipo de investigação condizente ao universo analisado. A pesquisa qualitativa, conforme Marconi e Lakatos (2004), preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade da vida humana. Tais características possibilitam evidenciar aquilo que emerge do sujeito e de suas relações.

Para efetivação da pesquisa de campo, tivemos uma amostra de seis pessoas: a coordenadora de uma associação⁶ que, neste texto, receberá o nome fictício de “Associação Trabalhando Adoidado” e cinco associados⁷. Desses, quatro são mulheres e um homem. São eles:

⁶ Composta predominantemente por usuários dos serviços de saúde mental da cidade de Belo Horizonte.

⁷ Prezando pela ética e pela proteção da identidade dos entrevistados, todos os nomes citados neste trabalho são fictícios.

- Cleusa concluiu o ensino médio, é solteira, costureira e está na Associação há 7 anos;
- Jade e Maria possuem ensino fundamental incompleto; a primeira é viúva, lavadeira, está na “Trabalhando Adoidado” há 5 anos. A segunda é casada, costureira, e está nessa instituição há 6 anos;
- Jandira tem ensino fundamental completo, é divorciada, e há 8 anos está na “Associação Trabalhando Adoiado”;
- Paulo não concluiu o ensino fundamental, é solteiro, vendedor e trabalha na Associação há 8 anos;
- Joana é coordenadora, terapeuta ocupacional e uma das fundadoras da Associação.

Considerando os objetivos deste trabalho, presumiu-se como mais favorável para a coleta de dados, a entrevista semiestruturada que, de acordo com Minayo (2008), é aquela em que há um roteiro de perguntas pré-estabelecido.

Para realização desta pesquisa, estabeleceu-se contato direto com a coordenação da Associação Trabalhando Adoidado que permitiu a aproximação com seus associados os quais também consentiram em contribuir com esta construção. As entrevistas aconteceram de acordo com a disponibilidade da instituição e de seus associados. Optou-se por gravá-las para que a fidedignidade da fala não se perdesse. Vale ressaltar que o registro aqui apresentado respeitou o modo de falar dos entrevistados. E, ainda, considerando que tal aspecto esbarra em questões éticas, os entrevistados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido que indicava os objetivos da pesquisa. A cada entrevistado foi entregue uma cópia deste documento.

Os dados obtidos foram submetidos à análise de conteúdo. Para Bardin (2004), tal análise abrange as iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com a finalidade de se efetuarem deduções lógicas e justificadas a respeito da origem dessas mensagens. Desta forma, é imprescindível considerar que a relação que vincula a emissão das mensagens – seja ela um gesto, um texto, um discurso, uma palavra – está articulada às condições históricas, afetivas, econômicas e sociais de quem enuncia.

Para tanto, como forma de analisar os dados obtidos optou-se pela categorização temática que consiste, conforme Bardin (2004), em uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e reagrupamento analógicos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Os sujeitos e suas histórias: desafios e possibilidades do cotidiano

Para indicar os resultados alcançados, faz-se necessário, inicialmente, fazer uma breve apresentação da instituição analisada. No que concerne à caracterização, seu estatuto informa que esta é uma “organização não governamental de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade promover as pessoas portadoras de sofrimento mental que querem trabalhar e facilitar sua inserção no social, na cultura e no lazer” (BELO HORIZONTE, 2009, p. 3).

A Associação se organiza pelos princípios da economia solidária e do movimento da Luta Antimanicomial, dividindo as áreas de trabalho em núcleos, a saber: mosaico, culinária, corte e costura e marcenaria. Ela é constituída por duas instâncias que contribuem para seu funcionamento: Assembléia Geral e Coordenação Colegiada compostas por um integrante de cada comissão específica (comissão de ética, comissão de finanças, comissão de cuidado e saúde no trabalho e, comissão de avaliação e qualidade técnica). Tais instâncias são fontes auxiliares para organização geral, tendo em vista a adoção da gestão compartilhada e democrática, de acordo com os princípios da economia solidária.

A porta de entrada para os associados compreende os cursos de qualificação para o trabalho, ofertados pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental e as indicações dos centros de convivência do município de Belo Horizonte.

A Associação conta com um espaço cedido pela Prefeitura de Belo Horizonte, em uma feira de artesanato, para exposição semanal e venda dos produtos confeccionados. A iniciativa também compartilha com outros grupos uma loja na região central da capital mineira, espaço que também é mantido pelo Município.

A Organização firmou um convênio com a Secretaria Municipal de Saúde que fornece uma contrapartida financeira. Contudo, conforme consta no Art. 3º item XIV de seu estatuto, “as parcerias e convênios devem ser estabelecidos sem perder de vista a autonomia e poder de decisão da Associação” (BELO HORIZONTE, 2009, p. 7).

Das falas dos entrevistados, surgiram temas que foram agregados em categorias. Passemos a elas.

4.1.2 (Re) construir um lugar social: o trabalho como recurso para autonomia

No campo da reabilitação psicossocial, entende-se que reabilitar pode ser um processo de restituição do poder contratual do sujeito, com vistas a ampliar sua autonomia. Observou-se, a partir dos depoimentos, que a autonomia apresenta-se por diferentes maneiras.

Inicialmente, podemos assimilá-la como sendo a capacidade de o sujeito gerar ordenamentos para a sua própria vida. Tal aspecto faz-se presente em algumas falas:

[...] como eu vim pra cá [Associação] eu consegui a entrar mais, assim, no mundo real, porque eu não tava num mundo real. [...] o mundo tava pra mim fechado. É mesma coisa que se a bola fechou, mas, aí ela foi se abrindo eu fui vendo que eu era capaz de decidir o quê que eu queria e como que eu queria. (Maria).

[...] porque na verdade lá fora a gente tá jogado fora. A gente tem problema, a gente não dá conta de fazer nada, e a Associação mostra que a gente é capaz sim. Cada um no seu ritmo, no seu jeito, é capaz sim. E a gente tem dado conta de muita coisa. (Jade).

Nota-se o exercício do sujeito em falar *de si* e *por si*. Outra faceta da autonomia vincula-se ao reconhecimento que a pessoa começa a ter de suas próprias capacidades e particularidades.

Neste contexto, cabe à pessoa decidir por si mesma, escolher por si mesma, negociar e estabelecer contratualidades sociais a partir de seus interesses e desejos. Nesta investida, o trabalho solidário desempenha função considerável, uma vez que convida o sujeito a se (re)posicionar frente a família e as diversas situações do dia a dia. Sobre este aspecto, quando indagados sobre a importância do trabalho, respondem os entrevistados:

É importante pra família, pra gente é, pra família também. A gente conviver com a família, que você não fica mais a coitadinha, com a família. Eles falam: - ‘não, a Associação não te dá dinheiro, eu falei: - ‘não, mas me dá conhecimento, liberdade, eu sei escolher as minhas amizades’. Você fica mais seletivo. Então a Associação é assim, ela traz essa coisa de você se sentir forte. (Cleusa).

É importante pra mim. Isso é importante pra mim, estar presente ali com as pessoas. Importante eu tá ajudando aos meus companheiros de trabalho, a todos do grupo. Como eu sou vendedor é importante eu saber abordar o cliente, e importante também eu voltar a estudar, é muito importante! (Paulo).

A possibilidade de escolher as tarefas a realizar e como realizá-las implica também em autonomia e disso resultará a satisfação *pelo* e *no* trabalho. Nota-se que para os sujeitos entrevistados, o trabalho desempenhado na Associação é dotado de sentido e de liberdade:

Às vezes eu quero fazer uma coisa, eles me manda fazer outra.[...] Igual eu perguntei a Ana (monitora do núcleo de costura) um dia dessa semana, é uma experiência boa! Ah! É pra fazer assim? Eu falei pra ela: - não, eu quero inspirar o que eu tô sentindo, ela falou assim: - então inspira. Aí eu inspirei, peguei as cores que eu queria. Porque é isso aí que é o nosso foco. (Maria).

A prática da autogestão, pela via da economia solidária, pode ser um instrumento de construção da autonomia, na medida em que é colocado em cena o poder de os sujeitos negociarem com o coletivo estratégias para os problemas da Associação:

A gente tem a colegiada, tem as reuniões de finanças. Tem uma de cada grupo porque, cada grupo tem o seu problema, então a gente faz uma rodinha e conversa só entre o seu grupo. Depois coloca os problemas na colegiada. Porque não é coisa de você falar com uma pessoa só. É coisa de todo mundo. Então, a gente tem de conversar em cada grupo, pra no dia da colegiada, a gente abrir tudo. Tá acontecendo isso, isso e isso, tá faltando isso, tá faltando organizar isso. (Jandira).

Desta forma, o exercício da autogestão se mostra como importante ferramenta para autonomia das pessoas em sofrimento psíquico, uma vez que suas trajetórias de vida são marcadas, em geral, por processos de total privação de direitos, de poderes, de opinião e de reflexão.

Outro aspecto que aponta para autonomia refere-se à independência financeira viabilizada pelo trabalho, ainda que os relatos mostrem que a total independência está distante. Porem, é bastante significativo para o sujeito realizar algumas trocas e desejos – aspecto negligenciado por anos:

[...] é muito chato você viver com o dinheiro da família, é bom você ter seu dinheiro: A liberdade e o seu dinherin, para você fazer o que você quer, [...] É bom pra todo ser humano, não é? Ter seu próprio dinheiro. (Cleusa).

A renda possibilita ao sujeito exercer seu poder de troca real, vender e comprar, se posicionar frente aos familiares. Esta noção é pautada também pela Associação Trabalhando Adoidado. Para a coordenadora da cooperativa, a retirada financeira está longe de ser adequada e apresenta-se como um desafio:

Pra de fato ser uma inclusão real, que se a gente for pensar em termos de ganhos materiais, a renda é importante. Primeiro porque empodera diante do familiar, dá condição pro sujeito se deslocar, pra fazer escolhas, pra comprar isso ou aquilo ou investir num passeio. “Vou investir num computador que eu preciso” e por aí a fora. É “tô juntando dinheiro pra reformar minha casa”. Porque empodera, porque de fato é a inclusão real, né? Também é inclusão real no sentido de que o dinheiro ele vem evidenciar né? Uma possibilidade assim do quê que o trabalho pode resultar, ele resulta em dinheiro, ele resulta na criação de uma identidade, na construção de uma identidade. O trabalho ele significa, é possibilidade do laço social. E o dinheiro ele vem temperando essas coisas todas. Ele dá liga ele materializa algumas coisas assim de fato, acho que a palavra é materializar. (Joana)

De acordo com os associados, a remuneração varia em torno de R\$ 80 a R\$ 250 mensais a depender do número de produtos comercializados. Nota-se, no entanto, que o fato de ter o trabalho vai além da questão econômica, desse modo, percebe-se a articulação do trabalho e vida:

Não vou ser hipócrita pra você e, falar que [a renda] tem me atendido. Porque ainda não. Eu preciso de uma ajuda. Às vezes, eu fico até chateada com o dinheiro, mas depois, por outro lado, eu vejo que eu trabalhei, ganhei o dinheiro no capitalismo, mas não era feliz, não tinha felicidade, não fazia o que eu queria, não tinha liberdade. Eu tomava condução sim. Saia à rua, mas não me sentia livre, a Associação me permite a liberdade. (Cleusa).

O trabalho realizado contribui, ainda, para a procura de outras formas de desenvolvimento:

Ah! Pelo meu desenvolvimento ajuda. Tanto na escola, eu num esperava que com três ano eu fazia tudo. Porque eu parei na 4º série com 12 anos, fiquei muito tempo sem estudar e com três anos eu formei totalmente. Então, eu acho que contribui! (Jandira).

A esse respeito Saraceno afirma que “o trabalho não é concebido como simples resposta à necessidade, mas como espaço de produção de sentido, de valores subjetivos e de trocas” (SARACENO, 2001, p. 140).

4.1.3 Estratégias para legitimar as trocas sociais.

A inserção social das pessoas em sofrimento psíquico que, inegavelmente, ainda ocorre a passos lentos e graduais tem exigido esforços constantes. Assim sendo, o trabalho solidário pode lançar e (en)laçar o sujeito ao social e isso se dá por diferentes maneiras. A possibilidade de mover-se em cenários de vida reais implica na construção de estratégias para que o sujeito exerça sua cidadania, de modo a efetivar as trocas sociais. Depreende-se do fragmento abaixo um exemplo de troca social:

[...] nós recebemos vale [transporte] social. Nos primeiros meses, quando a gente começou a receber, eu fui maltratada três vezes dentro do ônibus. Eu peguei e liguei pra BH Trans⁸ e falei escuta aqui: ‘sou portadora de sofrimento mental estou pagando com vale transporte social, então, quer dizer que está sendo pago, né?! Eu fui constrangida dentro do ônibus’, falei com ele: - ‘por três vezes, e eu não quero mais

⁸Companhia responsável pelo trânsito e transporte coletivo da cidade de Belo Horizonte.

isso'. Ele falou: - ‘não, a senhora não vai ser constrangida mais eu garanto. Eu não fui mais’. (Cleusa)

Todavia, os espaços de negociação e trocas sociais nos quais os sujeitos da Associação participam podem ser percebidos como “ameaçadores” e o estigma de ser *um portador de sofrimento mental* pode suscitar preconceitos. Contudo, há uma diferenciação destes lugares. Existem espaços que são mais fáceis de manejar, uma vez que os interesses e o público atingido é circunscrito:

Olha aqui dentro da Associação eu trabalho assim: acato o que dá pra mim, o que não dá eu deixo pra lá. Eu trabalho na Associação em várias áreas, parece que são três áreas. Uma delas é com o público, que é a feira da [Avenida] Bernardo Monteiro. A feira da Bernardo Monteiro quer dizer é o público mesmo. Ali você vai ouvir: ‘ah está caro! ah vô levá, num vô’. ‘Olha aqui pra você vê, tá mal feito’! Então, ali você tem que controlar. Você vai dá um escândalo? Você vai dá uma coisa ali? Já tá todo mundo atento. Porque lá eles sabe que a barraca da Associação é de portadores de sofrimento mental, entendeu? O quê que eu faço, quando eu tô em possibilidade de ir eu vô quando eu não to, eu desmarco. Desmarco porque eu sei que não vou tá capaz de ouvir essas coisas, entendeu? Lá na Bernardo Monteiro é assim. Na loja, nunca tive problema. Eu já observei que a maioria das pessoas que vem à loja é pessoas que quer saber sobre a Associação, quer saber sobre o nosso trabalho. Como nós consegue fazer, é o pessoal mesmo da saúde mental [...]. (Maria).

O desafio de ocupar os espaços sociais ainda está visivelmente cercado pelo preconceito e o imperativo de silenciar o ‘diferente’ ainda está vigente:

Eu já tive um contrito lá na feira uma vez. Minha colega até entrou no meio, mas assim, eu fiquei calada, portanto, que eu não atendo mais, se tiver no telefone fica no telefone. Ela tava brigando com uma pessoa no telefone, não sei o quê que houve, de repente, ela interessou na peça, ia levar a peça. O que ela recebeu naquele telefone-ma, eu não sei. O que que foi, mexeu tanto com ela, que ela me xingou eu toda. Ela falou comigo um tanto de coisa que eu num lembro mais. Eu fiquei retida ali, agora por quê? Eles podia me pegar e me coloca eu dentro do SAMU e quem ia parar num hospital, tomar um tanto de remédio indevidamente, era eu. Chega lá o que eles sabe fazer é isso, é dopar a pessoa. Então, eu naquele momento ali, eu me retive, eles não ia olha o motivo, que era ela que tava transtornada. As vantagens vão sempre pra sociedade que tá com a cabeça no lugar. (Maria)

Quando indagada em relação ao modo como a Associação tem feito para lançar o sujeito ao social, a coordenadora responde:

Pelo caminho do trabalho e aí é o trabalho com tudo que ele provoca com tudo que ele traz. Então, assim do sujeito se apresentar, eu tô falando sujeito mesmo, dele se apresentar, dele enfrentar os desafios mesmo, atravessar os seus próprios fantasmas. Então eu vô ter que atravessar a rua – tem gente que tem medo de andar na rua - vou ter que atravessar a rua, vou ter que ir até um lugar que eu nunca fui, vou ter que travar um diálogo, uma negociação com quem eu nunca vi, vou ter que fazer escolhas mesmo. É preciso fazer escolhas, desde o quê que eu quero produzir, o quê que eu quero fazer da vida, quem eu sou no mundo, de fazer essa pergunta. E, a partir daí negociar, fazer contrato. Então, quando eu tô vendendo eu tô negociando. Eu tô

fazendo contrato, eu tô combinando com alguém, eu me apropio de linguagens, eu me apropio de técnicas e eu vou pro mundo do jeito que ele é. Quando a gente tá lá na feira e aí tem aquele tanto de concorrência entre aspas, a pessoa não vai comprar. Parece que tá claro pra grande maioria que o discurso de que eu sou portador de sofrimento mental não cola. Não é?! E na pesquisa que a FEAD⁹ fez em função da loja que estávamos com problema, [...] é uma das coisas mais legais! Que assim é muito interessante! É de que o discurso antimanicomial não cativa cliente. Tá lá. Porque os clientes foram pesquisados, foi perguntado isso a eles, ele vai dizer não, não é isso que me faz comprar aqui, então isso é muito interessante! Então não vale esse discurso. (Joana)

Embora a coordenadora aponte que o discurso antimanicomial não atrai a clientela, é evidenciado por alguns depoimentos que o público da Associação é, ainda, muito restrito a aqueles que de alguma maneira estão vinculados à rede de saúde mental. Uma associada explica esta contradição e indica a necessidade de se alcançar às pessoas que não estejam enlaçadas ao “discurso antimanicomial”:

[...] somente as pessoas que tão ligada à rede saúde mental, quem tem parente portador de sofrimento mental, quem tá fazendo psicologia, quem é psicólogo, quem conhece, (eu não sei se é verdade, tá?) não sei, mas é o que eu vejo, entendeu? O nosso público é mais assim, eu também não sei se já veio, uma pessoa da sociedade mesmo, tipo aquela assim que fala: - ‘ah, aquela pessoa já teve depressão. Aquela pessoa é doida. Aquela pessoa já fez uma coisa anormal’ entendeu, ‘não tem conserto pra aquela pessoa’. Ela não vem aqui olhar aquela colcha, olha aquele trabalho que a pessoa fez, que a pessoa recuperou. A sociedade não preocupa com isso não, então, o que tá mais ligado a nós, o que eu percebo são pessoas assim, sabe. Agora se tem pessoas da sociedade, eu ainda não percebi não. Uma pessoa da sociedade mesmo, assim que não tá ligado ou que não tenha ambas as parte interesse por ajudar essa pessoa da saúde mental, não tem não, não tem. (Maria)

Outro ponto a ser salientado relaciona-se aos valores subjetivos: o sujeito é reconhecido e se reconhece pela obra que produz e não mais pelo lugar de incapacidade. Para os entrevistados:

[...] quando você está vendendo, você vê o cliente falando assim: - ‘nossa! Que bacana, que lindo! Dá onde vocês são hein?!’ ‘Ah! Nós somos cidadãos portadores de sofrimento mental’. ‘É mesmo? Oh! Que bacana! Nossa, parabéns!’ Tem uns que fica meio assim sabe?! Aí eu falo assim: - ‘oh! Não precisa ter medo não viu, nós gostamos de trabalhar, nós gostamos de um dinheirinho’. ‘Olha, nossa nem parece!’ É gostoso você ouvir isso, nem parece que você tem problema mental, eu acho que louco sou eu viu! (Cleusa)

Segundo Saraceno (2001), as “praças do mercado”, ou seja, os espaços públicos de comercialização geram a multiplicação das trocas, a produção de contextos e de redes nas quais as pessoas se encontram e se individualizam. Para o autor, há uma importância notória

⁹ FEAD – Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais – estabelecimento de ensino superior situada em Belo Horizonte.

em relação aos aspectos estéticos do produto, uma vez que “a qualidade do produto qualifica a auto-estima do produtor” (SARACENO, 2001, p. 142). Além disso, na própria criação da obra se percebe um cenário de relações no qual as trocas acontecem de fato, resgatando, além do produto a subjetividade:

[...] as próprias pessoa mesmo que faz o controle da qualidade delas. Às vezes eu dou uma olhada com a companheira e falo com ela: - ‘isso aqui não tá bom não! Vão rever? Vão lixar isso aqui?’ Às vezes a lixa come, ai eu falo: - ‘vão melhorar! Tem como restaurar. Tem peça encalhada, vai encalhar?’ Nós volta com ela, faz ela fica nova, resgata tudo [...]. (Paulo).

4.1.4 Capitalismo e economia solidária: diferenças entre o “lá fora” e “aqui dentro”.

Trabalhar deve ser direito de todas as pessoas, na medida em que isto tem função central para a vida de todos. Castel, citado por Souza (2006) destaca que o trabalho diz respeito a uma referência não só econômica, mas também psicológica e simbolicamente dominante, como se pode verificar por aqueles que não o têm. Contudo, o sistema capitalista não titubeia quando o assunto é excluir. Neste aspecto, as pessoas em sofrimento psíquico têm suas possibilidades de inserção restrinvidas. Além de estarem imersas em relações que podem ser adoecedoras, como nos mostram as experiências que os entrevistados tiveram com o mercado de trabalho:

Saí da Associação três vezes, trabalhei numa indústria de refri, depois saí de lá adoecei. Aí eu vim pra Associação de novo. Depois trabalhei de faxineiro, aí depois trabalhei na construção civil, adoecei. Fui umas três vez pra entrevista. Saía tudo bem, depois chegava nas parte dos remédio que tomava, ah, num vai dá. Então, num fiz mais [processos seletivos]. (Paulo).

Em contrapartida, os associados apontam que o trabalho “dentro” da Associação se dá por outra perspectiva: o bem-estar do sujeito é levado em consideração. O entrevistado indica esta diferença:

Aqui na Associação eu percebo que eles se preocupam muito comigo. Eles olha fala:- ‘Paulo cê não tá bem’. Então, ele não vai carregar peso, eles têm visão. Às vezes até eu mesmo quando eu olho assim pra (pausa curta), eu tava sentado mesmo na reunião aí eu senti mal estar e falei com a Joana (coordenadora da Associação): - ‘Joana minha pressão acho que baixou’. Aí nisso, a Joana foi e começou a preocupar, correr atrás falar: - ‘não vai lá. Liga’. Aí fui liguei pro médico e eles foi e falaram ‘não você vai no acolhimento 7 horas’. Então toda estrutura. [...] Tem um olhar preocuposo, que patrão nenhum olha isso, entende? (Jandira).

Na Associação o trabalho é realizado respeitando as singularidades e os ritmos. Sendo um trabalho dotado de liberdade, sentido e valor subjetivo, há a possibilidade de o sujeito se colocar e se reconhecer naquilo que produz:

Agora em termos ao trabalho, eu contribuo do ritmo que eu dô conta, o ritmo que dá pra mim. Aquela mesa linda que eu fiz é importante pra mim! É importante tem meu sentimento, ali tem o meu carisma! (Paulo).

No sistema capitalista de produção, as relações são estabelecidas de forma desigual e hierárquica. No entanto, na Associação os sujeitos apreendem um contexto distinto, no qual há possibilidades de se relacionar com o outro livremente e de maneira igualitária:

[...] eu tava impregnada com o capitalismo, né, eu vou receber bastante e tal. Quando chegou na Associação eu percebi que não era assim. Era uma coisa de conhecimento, um aprendizado de saber a diferença uma da outra, aceitar as diferenças, no capitalismo não é assim. Você não gosta, para de conversar, fica de mal pronto! Não. Aceitar. É outro método. Aí eu vi que eu podia costurar, bordar, fazer café, comprar as coisas quando elas me pediam, vão comprar um café, vão comprar um biscoito, e conversava durante o trabalho, ninguém mandava parar, calar a boca como na empresa né?! Não pode nem virar do lado. Aí eu falei ‘gente, existi isso, nos sa bacana!’ [...] aí eu vejo que não é mais aquela coisa de patrão sabe, encarregada, cronometrista. Não, é aquela coisa horizontal. (Cleusa).

A utilização do trabalho sob a perspectiva institucionalizada, da qual a psiquiatria clássica se apropriou enquanto “recurso terapêutico”, objetivando retirar o sujeito do ócio, é superado. Na Associação, o trabalho aparece como “auxílio secundário” que contribui para o tratamento, não sendo este entendido como finalidade, uma vez que o sujeito dentro da organização é entendido como trabalhador e não como paciente. Assim sendo, o trabalho aparece em outro lugar:

Porque só tomar o remédio e ir pra casa não dá. Você fica se sentindo inútil. Aqui não, você sai toma condução vai pra cá, vai pra lá, sabe? Eu trabalho. Essa entrevista aqui eu tô fazendo alguma coisa pela Associação, eu estou falando da Associação é um trabalho também. (Cleusa).

4.1.5 E “aqui dentro” nem tudo são flores.

Se são inegáveis os avanços e contribuições que marcam a iniciativa desenvolvida pela Associação Trabalhando Adoidado, é importante registrar algumas ambivalências e desafios evidenciados nos depoimentos. Primeiramente, abordaremos o aspecto paradoxal dos efeitos do trabalho no tratamento. Ainda que sob os moldes da economia solidária, este pode ser também percebido como algo que provoca adoecimentos, conforme o relato a seguir:

Contribui entre aspa. Eu acho. O meu filho falou que depois que eu vim pra cá eu piorei. Não sei se eu não tô dano conta de lidar com as pessoas. Porque antes eu pensava que a Associação, as pessoas, que o fato d'eu freqüentar o centro de convivência, eu pensava que as pessoas da Associação tinha a cabeça melhor um pouquinho: É a mesma coisa. Me estresso. Eu num sei se eu tô cansada demais da conta. Eu acho que ele tem razão. Que depois que eu vim pra cá, que ele num sabe o quê que aconteceu. Eu falei ‘peraí, cê acha que o físico da sua mãe que tá ruim ou se é aqui?’ Ele falou: ‘É aqui mãe que piorou’. (entrevistada coloca a mão na cabeça). (Jade).

Outro ponto, diz respeito aos desafios para os cumprimentos dos princípios do cooperativismo e da coletividade que operam na organização do trabalho.

[...] começou a aparecer dentro do mosaico uma coisa complicada, né? Pros princípios da economia solidária, que era a competição. Competição mesmo. De gente burlando sabe? Assim a ponto de trocar etiqueta de uma peça pra colocar na peça do outro, ‘oh, essa aqui faz de conta que é minha que se vender vai pra mim’. Começou a aparecer esse monte de situações assim, muito complicadas. (Joana).

As entrevistas mostraram também outro tipo de desafio: a relação com a própria rede e a luta constante para fazer valer a Reforma Psiquiátrica. A coordenadora Joana evidencia este ponto relatando um exemplo:

[...] a gente vai deparar, por exemplo, (ai meu coração corta!) quando um rapaz de Venda Nova¹⁰ apaixonado por marcenaria a fim de trabalhar, muito a fim de trabalhar, e ele tava tão ansioso, né? Porque ele queria muito. Aí vem, começa aquela coisa toda, o psiquiatra suspende. Isso tá te fazendo mal. Não era só ver a coisa do ansiolítico, modular um pouquinho porque ele queria demais. Então assim, a gente tá muito longe. Estamos falando de uma coisa solitariamente, porque tá difícil trocar com a própria rede. (Joana).

Apesar do discurso da Reforma Psiquiátrica, na própria rede de atendimento presenciam-se práticas e posicionamentos instaurados pela resistência de se cumprir o que é disseminado por esta:

A Reforma Psiquiátrica ela é um desafio hoje, mais do que antes. Tem alguns princípios que não passam não sei por onde. Tem uma formação pra quem desenvolve isso que deixa muito a desejar, pelas condições das escolas às vezes, ou quase sempre tem uma conversa que não chega. Falta formulação, falta as pessoas que trabalham e que tão desenvolvendo parar e pensar. A Reforma é um desafio, e, a Associação nasce no contexto da Reforma. É um desafio dentro do outro, quando eu vou dizer que nem sempre tem apostas é porque a Reforma Psiquiátrica ela parte de uma revisão do sujeito como um todo, o quê que é lidar com a diferença, quem é o outro nessa história e quem sou eu, mais do que humanizar, não é humanizar o movimento. (Joana).

¹⁰ Regional pertencente à capital de Belo Horizonte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou discutir a percepção de pessoas em sofrimento psíquico associadas a uma cooperativa de trabalho solidário, quanto à efetividade dessa para potencializar a autonomia e as trocas sociais. Foi possível perceber que a articulação entre Economia Solidária e Saúde Mental tem trazido problematizações importantes sobre o direito de pessoas em sofrimento psíquico de compartilhar espaços e decisões da cena social e, mais que isso, sobre o direito ao trabalho.

Pôde-se notar, através da análise realizada, que o trabalho é uma importante ferramenta para potencializar a autonomia das pessoas, configurando assim, um recurso que contribui para o autogoverno e a autorealização. Ele também viabiliza negociações, contratualidades e as trocas sociais.

Todavia, o fato de existirem formas solidárias de trabalho não deve silenciar a discussão em torno da inclusão de pessoas em sofrimento psíquico no mercado formal tradicional, pois há um grande contingente dessas que não consegue uma inserção efetiva.

Contudo, cumpre notar a contradição que há em despendar esforços para incluir as pessoas em sofrimento psíquico em um cenário tão adoecedor como é o mercado de trabalho nos moldes do capital.

Outro ponto a ser destacado a partir da realização da presente pesquisa refere-se ao conteúdo que costuma ser adotado para a inclusão produtiva de pessoas em sofrimento psíquico. Se a inserção laboral é entendida como um simples desenvolver de determinadas tarefas prescritas, como, por exemplo, construir uma boneca de gesso, fazer arranjos de flores com jornal, sem, no entanto, explorar as potencialidades criativas, os interesses, as necessidades e os desejos do sujeito, esta pode afastar-se da inclusão social efetiva. Sob esta perspectiva, foi possível verificar que na associação pesquisada há uma grande preocupação com o conteúdo do trabalho, com a qualidade e com a criação.

Neste sentido, torna-se também fundamental que o poder público fomente políticas mais ousadas que considerem a relevância do trabalho para uma efetiva reabilitação psicosocial, indo além de políticas pontuais e centradas apenas em serviços de tratamento e de assistência médica.

Qual trabalho, quando se trata de pessoas em sofrimento psíquico? O trabalho nos moldes do mercado formal tradicional ou o trabalho solidário? Estas perguntas têm sido causa de extensas reflexões. A economia solidária indubitavelmente oferece uma perspectiva de trabalho muito distinta do capitalismo. No entanto, ela ainda não pode ser caracterizada como

a alternativa ideal, até porque, estes modelos de economia sempre se entrecruzam. E qual modelo seria o ideal? Haveria um modelo ideal? Essas são algumas perguntas que devem nos motivar a buscar respostas.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. 117 p.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 47-175.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004. 223 p.

BENDASSOLI, Pedro. Construção do Campo do Trabalho no Pensamento Ocidental como Condição para a Emergência da Psicologia do Trabalho. In: BENDASSOLI, Pedro. **Psicologia e trabalho:** apropriações e significados. São Paulo: Cengage Learning, 2009. p. 1-33.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 06 de Abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 abril 2001. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei_10216.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2011.

CARVALHAES, André Gomes. **O lugar do trabalho solidário na Reforma Psiquiátrica Brasileira.** 2008.109f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós- Graduação em Psicologia. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/TMCR7WVKRP/1/universidad_e_federal_de_minas_gerais.pdf>. Acesso em: 11 de outubro de 2011.

LUSSI, Isabela Aparecida de Oliveira; PEREIRA, Maria Alice Ornellas. Empresa social e empresa solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental. **Revista Esc Enfermagem.** São Paulo, v.45, n.2, p. 515-521, abril de 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n2/v45n2a29.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2004. p. 269-285.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 303-318.

SARACENO, Benedetto. **Libertando identidades:** da reabilitação psicossocial à cidadania possível. 2. ed. Rio de Janeiro: Te Corá, 2001. 176 p.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego:** diagnóstico e alternativas. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 59-126.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. P. 109 -122.

SOUZA, Paulo César Zambroni de. Trabalho e Transtornos Mentais Graves: Breve Histórico e Questões Contemporâneas. **Revista Psicologia Ciência e Profissão.** Brasília, v.26, n.1, p. 154-167, março 2006. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v26n1/v26n1a14.pdf>. Acesso em: 18 de fev. 2012.

TORRES, Antônio. **Projeto de Lei da Câmara Municipal de Belo Horizonte nº 635 de 2009.** Declara de utilidade pública a Associação de Trabalho e Produção Solidária. Disponível em: <http://www.vereadorgunda.com.br/imagens/noticias/PL%20635-09.pdf>. Acesso em: 27 de agosto de. 2011.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica. **Revista Psicologia e Sociedade.** São Paulo, v.17, n.2, p. 58-69. maio/ago 2005. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&opid=S010271822005000020000009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 de maio 2011.